



PUC Minas

CENÁRIOS PUC MINAS

Conjuntura Internacional

ano 3 • nº 01 • 05 a 11/02/2006 • ISSN 1809-6182

Resenhas

09/02/2006 - Programa nuclear iraniano pode ser levado ao Conselho de Segurança das Nações Unidas p.01

O Conselho de Governadores da Agência Internacional de Energia Atômica aprovou uma resolução que permite a denúncia do programa nuclear iraniano ao Conselho de Segurança das Nações Unidas.

09/02/2005 - Hamas vence as eleições parlamentares na Palestina p.03

O Hamas, uma das principais organizações islâmicas militantes da Palestina, vence as eleições parlamentares ocorridas na região no dia 25 de janeiro de 2006. Enquanto membros do partido derrotado Fatah e autoridades israelenses protestam contra a vitória do grupo radical, o líder da Autoridade Nacional Palestina Mahmoud Abbas anuncia a intenção de se reunir com representantes do Hamas para a formação do novo governo.

10/02/2005 - Eleições são realizadas no Haiti, após quatro adiamentos p.06

As eleições no Haiti acontecem após quatro adiamentos, e em meio a diversos incidentes que marcaram os últimos meses, com destaque para a morte do comandante militar da Minustah.

Programa nuclear iraniano pode ser levado ao Conselho de Segurança das Nações Unidas

Resenha
Segurança

Sílvia Helena Guilherme Canêdo
09 de fevereiro de 2006

O Conselho de Governadores da Agência Internacional de Energia Atômica aprovou uma resolução que permite a denúncia do programa nuclear iraniano ao Conselho de Segurança das Nações Unidas.

O Conselho de Governadores da Agência Internacional de Energia Atômica (AIEA) aprovou, no dia 4 de fevereiro de 2006, uma resolução que permite ao Diretor Geral da Agência, Mohamed El-Baradei, a denúncia do programa nuclear iraniano ao Conselho de Segurança das Nações Unidas (ONU).

A aprovação da resolução da AIEA se deu após as negociações dos cinco membros permanentes do Conselho de Segurança das Nações Unidas – Estados Unidos, Reino Unido, França, Rússia e China – que juntamente com a Alemanha se reuniram no dia 2 de fevereiro de 2006 e chegaram a um consenso quanto ao pedido de denúncia do programa nuclear iraniano ao Conselho de Governadores da AIEA.

Aprovada por 27 votos a favor, 3 contra e 5 abstenções, a resolução da AIEA determina uma série de obrigações ao Irã, de forma que se clarifiquem certos aspectos do programa nuclear do país e fique comprovada sua intenção pacífica.

Dessa forma, ficariam claras as intenções pacíficas do programa nuclear iraniano caso o país suspenda o restabelecimento de atividades relacionadas ao enriquecimento ou reprocessamento de

urânio, incluindo sua pesquisa, e permita uma verificação por parte da Agência. Além disso, o Irã deve reconsiderar a construção de um reator de água leveira, ratificar e implementar prontamente o Protocolo Adicional do Tratado de Não-Proliferação Nuclear (TNP), assim como, até o momento da sua ratificação, continuar a agir em concordância com as cláusulas do Protocolo Adicional do qual é signatário desde dezembro de 2003.

A resolução expressa, contudo, séria preocupação quanto à posição da Agência, uma vez que a mesma não estaria em condições de clarificar algumas das questões mais importantes relacionadas ao programa nuclear iraniano.

O que ocorre é que não haveria evidências suficientes para que o caso fosse levado ao Conselho de Segurança. Isso porque apesar de o Irã vir desenvolvendo seu programa nuclear por cerca de 20 anos, o país levaria pelo menos mais uma década até alcançar a construção de uma arma nuclear, uma vez que o Irã encontraria dificuldades em conseguir o material fundamental para a construção de armas, a se dizer o urânio 235. Além disso, seria preciso obter uma quantidade maior desse material, suficiente para a construção de



mais de um artefato, pois caso contrário o poderio militar seria irrelevante.

É em função deste fato que se daria a preocupação da AIEA, uma vez que a mesma saberia das limitações iranianas para o enriquecimento do urânio.

Nesse sentido, o governo iraniano reiterou que a aprovação da resolução que remete seu programa nuclear ao Conselho de Segurança da ONU significa o final da colaboração voluntária do país com a AIEA, no marco do Protocolo Adicional do Tratado de Não-Proliferação (TNP), pelo qual inspetores do organismo podem ter acesso às usinas nucleares iranianas. Além disso, o governo do Irã também declarou que retomará totalmente seu programa de enriquecimento de urânio.

Apesar de ter declarado não ser mais possível a continuação das negociações com a Rússia - que havia proposto que Moscou fornecesse combustível nuclear ao Irã caso o país aceitasse a proposta de enriquecer urânio em território russo - o governo iraniano afirmou, no dia 5 de fevereiro, que vai avaliar a proposta russa. Contudo, já se sabe que esta proposta de parceria será rejeitada, caso a Rússia tente impedir o Irã de enriquecer urânio dentro de seu próprio território. A união dos dois países funcionaria como um "complemento" para o programa nuclear, segundo o Irã.

<http://www.iiss.org>

Stratfor

<http://www.stratfor.com/>

The Washington Post

<http://www.washingtonpost.com/>

Ver também:

10/12/2005 - [Retomada das negociações no Irã](#)

29/09/2005 - [Resolução europeia sobre o Irã é aprovada na AIEA](#)

14/09/2005 - [Relatório da Agência Internacional de Energia Atômica sobre o Irã acirra debate nuclear](#)

05/09/2005 - [A pressão estadunidense sobre o programa nuclear iraniano](#)

29/08/2005 - [Irã retoma atividade nuclear](#)

13/08/2005 - [Programa Nuclear Iraniano pode ser levado ao Conselho de Segurança](#)

01/07/2005 - [As eleições no Irã](#)

16/06/2005 - [A questão Nuclear no Irã](#)

Referência

Sites:

AIEA News

<http://www.iaea.org/>

Clarín

<http://www.clarin.com/>

Council for Foreign Relations

<http://www.cfr.org/>

Folha Online

<http://www.folhaonline.com.br/>

International Institute for Strategic Studies

Hamas vence as eleições parlamentares na Palestina

Resenha
Segurança

Rafaella Arruda Melo Pereira
09 de fevereiro de 2006

O *Hamas*, uma das principais organizações islâmicas militantes da Palestina, vence as eleições parlamentares ocorridas na região no dia 25 de janeiro de 2006. Enquanto membros do partido derrotado *Fatah* e autoridades israelenses protestam contra a vitória do grupo radical, o líder da Autoridade Nacional Palestina Mahmoud Abbas anuncia a intenção de se reunir com representantes do *Hamas* para a formação do novo governo.

As eleições parlamentares palestinas ocorridas pela 1^o vez em dez anos levaram 73% dos 1,5 milhão de eleitores registrados às urnas espalhadas pela Cisjordânia, Faixa de Gaza e Jerusalém. As votações, que ocorreram no dia 25 de janeiro de 2006, duraram cerca de 12 horas e foram consideradas tranquilas pelos observadores internacionais devendo, segundo eles, servir de exemplo para o mundo árabe.

A divulgação dos resultados feita pela Comissão Eleitoral definiu o grupo militante *Hamas* como vencedor das eleições. O *Hamas* [ver também: [Hamas](#)], cujos representantes dizem ter deixado de lado a aversão ao parlamento Palestino para ter a chance de converter seu apoio popular em uma força política formalmente constituída, conquistou 76 das 132 cadeiras do Parlamento contra 43 conquistadas pelo *Fatah*. O *Fatah* é o partido do Presidente da Autoridade Nacional Palestina (ANP) Mahmoud Abbas e desde o fim dos anos 60 havia dominado o cenário político palestino.

O *Hamas*, que desde a morte do líder palestino Yasser Arafat vem participando

de eleições locais tendo conquistado várias cadeiras em áreas como Gaza e Nablus, é considerado uma organização terrorista por Israel, Estados Unidos e União Européia.

O grupo que teve sua criação em 1987 durante a primeira Intifada (revolta popular contra a ocupação israelense) [ver também: [A provável saída de Arafat e a disputa interna na Autoridade Palestina](#)] tem como objetivo a curto prazo a expulsão das forças israelenses dos territórios ocupados por meio de ataques contra soldados, colonos judeus e civis israelenses. A longo prazo, o *Hamas* pretende estabelecer um Estado islâmico em toda a Palestina histórica¹, cuja maior parte permanece dentro das fronteiras de Israel desde sua criação em 1948.

O grupo divide-se em duas principais esferas de atuação: programas sociais (que incluem a construção de escolas, hospitais e instituições religiosas) e operações

¹ Região que compreende a área geográfica situada entre o mar Mediterrâneo, a oeste, o deserto da Arábia, a leste, o rio Litani, ao norte, e o deserto de Neguev, ao sul. Inclui parte dos atuais estados de Israel, Jordânia e Egito.

militares lideradas por grupos clandestinos. Um dos principais líderes e candidatos do *Hamas*, Mahmoud Al-Zahar, disse que o grupo não abandonará suas armas agora que entrou na política. Segundo ele, o grupo continuará atuando no campo da resistência armada.

Diante da vitória obtida pelo *Hamas*, o Primeiro-Ministro da Palestina, Ahmed Qorei do *Fatah*, anunciou sua renúncia e a de seu gabinete. Enquanto isso, militantes do *Fatah* exigiam também a renúncia do Presidente da ANP Mahmoud Abbas. Seguidores do partido derrotado nas eleições culpam a liderança da legenda pela corrupção, ineficiência e incompetência na gestão pública que resultaram na vitória de militantes islâmicos do *Hamas*. Abbas, que se nega à renúncia, disse que vai convidar o partido vencedor para a formação do novo governo palestino, embora importantes líderes do *Fatah* garantam a seus seguidores que isso não acontecerá.

O governo de Israel reiterou sua recusa a negociar com uma Autoridade Palestina que inclua representantes de "uma organização terrorista armada" que pede pela destruição de seu país. Segundo Ehud Olmert, Primeiro-Ministro interino de Israel, seu país continuará a transferir impostos e taxas alfandegárias à ANP apenas enquanto o *Hamas* não estiver no controle político da Palestina, da mesma forma que as negociações de paz com Mahmoud Abbas também se limitarão a esse fato.

O Quarteto formado pelos Estados Unidos, União Européia, Rússia e Organização das Nações Unidas (ONU) divulgou um comunicado pedindo ao *Hamas* para que renuncie à violência e aceite o direito de existência de Israel.

A União Européia, principal doador financeiro da Autoridade Palestina, anunciou no dia 30 de janeiro de 2006 que continuará a financiar a ANP enquanto seu governo se comprometer a buscar a paz com Israel. Autoridades

estadunidenses também admitiram o mesmo tratamento em relação ao repasse de recursos financeiros. O secretário-geral da ONU, Kofi Annan, disse ser inevitável uma revisão da futura ajuda dos países membros da ONU à ANP com base no comprometimento do novo governo com os ideais de paz e aceitação dos antigos acordos realizados entre Israel e autoridades palestinas. Por sua vez, o *Hamas* recusa-se a aceitar os apelos internacionais de renúncia à violência e reconhecimento do Estado de Israel e, segundo o dirigente do partido em Damasco, Khaled Meshaal, o grupo "é imune à intimidação e chantagens."

Meshaal pediu a outros países árabes que aumentem o volume de ajuda financeira aos palestinos para compensar o eventual bloqueio de recursos do Ocidente. A Arábia Saudita, maior doador árabe aos palestinos, criticou o comportamento de alguns países da ONU diante da vitória democrática do *Hamas*. O ministro saudita das Relações Exteriores disse acreditar que o *Hamas* governará de forma responsável.

Segundo analistas internacionais, o Egito, país que tem sediado as reuniões políticas do *Hamas* para a formação do novo governo palestino, deverá juntamente com a Síria, defender mudanças na política regional do Oriente Médio a partir do novo contexto marcado pela vitória do grupo de resistência, formando uma oposição mais forte diante das autoridades européias e estadunidenses.

Após a reunião de representantes do *Hamas* com o presidente palestino Mahmoud Abbas, ocorrida no dia 4 de fevereiro de 2006, ficou acordado que o novo parlamento palestino deverá tomar posse no dia 16 do mesmo mês. Enquanto isso, o encontro dos líderes do *Hamas* no Cairo, capital do Egito, tem demonstrado posições indefinidas quanto às possibilidades de acordos com Israel e quanto à busca de ajuda financeira a partir de outros países como o Irã, que financia

também a *Jihad Islâmica*, outra facção radical de resistência à ocupação israelense [ver também: [Jihad Islâmica](#)]

Referência

Sites:

BBC Brasil

<http://www.bbc.co.uk/portuguese>

Folha On-line

<http://www.folhaonline.com.br>

International Herald Tribune

<http://www.iht.com>

New York Daily News

<http://www.nydailynews.com>

The Palestine Chronicle

<http://www.palestinechronicle.com>

Ver também:

13/5/2005- [Eleições na Palestina](#)

03/03/2005 - [Retomada do clima de negociações após eleição de Mahmoud Abbas](#)

7/11/2004- [Hamás](#)

6/11/2004 - [A provável saída de Arafat e a disputa interna na Autoridade Palestina](#)

6/11/2004 - [Jihad Islâmica](#)

Eleições são realizadas no Haiti, após quatro adiamentos

Resenha
Segurança

Tiago Cerqueira Lazier
10 de fevereiro de 2006

As eleições no Haiti acontecem após quatro adiamentos, e em meio a diversos incidentes que marcaram os últimos meses, com destaque para a morte do comandante militar da Minustah.

O Haiti realizou suas eleições no dia 7 de fevereiro de 2006, após quatro remarcações. O país encontra-se em grave crise política desde do início do ano de 2004. O agravamento da crise, que se deu com a saída do Presidente Jean-Bertrand Aristide, justificou a criação da Minustah, força de paz da ONU no Haiti sob a liderança brasileira.

As eleições ocorreram após meses conturbados, marcados pelo suicídio em janeiro do general brasileiro que comandava a Minustah e por crises internas. Meses antes da eleição, uma onda de seqüestros atingiu o país. De acordo com a polícia, 1,9 mil pessoas foram vítimas de seqüestro nos últimos dez meses, apesar da presença dos mais de 7 mil soldados da ONU.

A missão da ONU vem sendo alvo constante de críticas dentro e fora do Haiti. O relacionamento entre a força de paz da ONU e a política haitiana tem sido problemático, como bem demonstra o incidente acontecido no início de dezembro de 2005, quando soldados jordanianos da Minustah atiraram contra um carro de patrulha e feriram dois agentes. Organizações governamentais, políticos e acadêmicos americanos acusam a Minustah de maus tratos e crimes, que

teriam sido cometidos, ou facilitados por seus oficiais.

O governo interino vinha também gerando desconfiança. No mês de dezembro, metade dos integrantes do Supremo Tribunal de Justiça foram demitidos sem justificativa pelo Presidente interino, Gerard Latortue, e pelo ministro da justiça. Desconfia-se que a motivação por trás deste evento seja a decisão do Supremo de permitir que o empresário Dumarsais Simeus, apontado como um dos favoritos em uma pesquisa independente de voto, participasse das eleições, decisão que contradizia a posição do governo em não permitir sua participação devido à dupla cidadania estadunidense.

As eleições, que estavam marcadas para o dia 8 de janeiro de 2006 [ver: Eleições no Haiti são remarcaadas pela terceira vez], foram novamente adiadas em fins de dezembro de 2005, sob a alegação de insuficiência de cédulas eleitorais, poucos postos de votação (800 em todo país), atraso na distribuição dos cartões de identificação de eleitores e problema com o cadastro de eleitores. Todavia Denneth Modeste, chefe da missão da Organização dos Estados Americanos (OEA), disse que os documentos já estavam prontos desde

setembro de 2005 e que só não foram distribuídos a pedido das autoridades eleitorais pois os locais de votação ainda não tinham sido escolhidos. Havia 35 candidatos para presidente e mais de 400 para as 129 cadeiras do legislativo.

Em pronunciamento no dia 7 de janeiro de 2006, o Conselho de Segurança pediu ao governo interino que realizasse as eleições até o dia 7 de fevereiro. Demonstrou também preocupação com a segurança do país e pediu que as forças da ONU e a polícia haitiana intensificassem sua cooperação.

No dia seguinte, o governo provisório do Haiti marcou as eleições para o dia 7 de fevereiro e o segundo turno para 19 de março, segundo pedido feito pelo conselho de segurança. As eleições foram remarçadas em um momento no qual muitos dos 3,5 milhões de eleitores registrados ainda não haviam recebido as cédulas de identificação, elaboradas no México, e as autoridades ainda não haviam designado os 800 locais de votação e nem preparado às equipes de supervisão.

Seguiu-se à remarcação das eleições uma greve geral, na capital haitiana, organizada por empresários e comerciantes que acusavam a ONU de não combater de forma adequada a violência das gangues. Dias depois o secretário-geral da ONU, Kofi Annan, reagiu condenando uma suposta campanha de difamação dirigida contra a Minustah.

No início do ano de 2006, foram registrados diversos incidentes relacionados à eleição ou que levantaram o temor de violência durante o pleito. Dois membros da OEA que colaboravam na realização das eleições foram seqüestrados e resgatados pela polícia haitiana.

A falta de um Poder Judiciário minimamente funcional e a precária situação da polícia permitiram que as eleições incluíssem uma considerável lista de candidatos suspeitos de tráfico de

drogas, roubo de carros, assassinato e massacres políticos. Alguns deles estariam envolvidos na recente onda de seqüestros a fim de financiar suas campanhas. Segundo o Jornal Folha de São Paulo, ao menos 3 candidatos à presidência têm envolvimento com o narcotráfico.

Mais de 36 mil pessoas foram preparadas para trabalhar nas eleições. Nenhum centro de votação foi instalado em *Cité Soleil*, região mais perigosa da capital Haitiana, na tentativa de se evitar confusão durante o pleito.

Oitocentas e duas seções eleitorais para 3,5 milhões de eleitores foram preparadas para o dia da eleição, tudo sob a fiscalização de observadores internacionais, principalmente da União Européia e do Canadá. O centro eletrônico de apuração deverá anunciar os resultados em 3 dias, um grande progresso com relação aos demais pleitos haitianos, muito embora utilizaram mulas na entrega das urnas. O país teve apenas 3 eleições consideradas livres nos últimos cinquenta anos.

O Conselho Eleitoral Provisório do Haiti estabeleceu dez regras a serem cumpridas para a validação das eleições presidenciais e legislativas. Para ganhar o candidato devem 50% mais um dos votos válidos, caso isso não ocorra, os dois primeiros colocados disputam o segundo turno.

As eleições do dia 7 de fevereiro de 2006

O comparecimento às urnas foi melhor do que o esperado atingindo 80% dos eleitores cadastrados. O chefe da missão de observadores da União Européia no Haiti, Johann Van Hecke, caracterizou a eleição como um milagre, já que, apesar de alguns tumultos, a maioria dos eleitores conseguiu votar.

As poucas pesquisas sobre intenção de votos que circulavam pelo Haiti apontavam de forma unânime a vitória de René Preval, ex-presidente haitiano (1996 e 2001) e ex-primeiro-ministro do governo Aristide. O empresário têxtil Henry Charles Baker, único candidato independente e branco, e o ex-presidente Leslie Manigat estavam, respectivamente, em segundo e terceiro lugar nas pesquisas de intenção de voto, mas a uma distância considerável de Preval.

Três dias antes das eleições, Preval cancelou um ato público, alegando que haveria uma tentativa de sabotagem. De fato, as apurações iniciais extra-oficiais apontam para vantagem de Preval, superando os 50% dos votos válidos, o que o elegeria em primeiro turno.

Alguns analistas acreditam que a forte participação da população na eleição, mesmo com todas as dificuldades, indica um clamor por mudanças. Se de fato a vitória de Preval se confirmar, resta saber quais são as reais ligações deste com Aristide.

Observadores temem a reação da elite econômica haitiana caso Preval seja confirmado como vencedor. Preval trabalhou durante o governo de Aristide, que sofreu forte oposição da elite econômica do país. Também não está muito claro qual será a reação dos líderes da revolta que levou à queda do ex-presidente Aristide em fevereiro de 2004, após um levante armado. Ademais, teme-se a reação dos cerca dos 300 candidatos que necessariamente sairão derrotados. Todos os candidatos à presidência defendem a continuidade da Minustah no país.

Referência

Sites:

BBC

<http://www.bbc.co.uk>

The Washington Post

<http://www.washingtonpost.com>

Folha Online

<http://www.folhaonline.com.br>

Ver também:

29/06/2005 - [MINUSTAH e implicações para as aspirações internacionais do Brasil](#)

16/12/2004 - [O Brasil e a Reforma do Conselho de Segurança da ONU](#)

22/10/2004 - [Aumento de violência desafia missão da ONU no Haiti](#)

07/10/2004 - [Situação Emergencial no Haiti](#)

20/08/2004 - [Tropas brasileiras no Haiti](#)

10/06/2004 - [Intervenção da ONU no Haiti: a Busca de Segurança e de Condições de Governabilidade](#)

22/09/2005 - [Eleições no Haiti](#)

01/12/2005 - [Eleições no Haiti são remarçadas pela terceira vez](#)

ConjunturaInternacional

Pontifícia Universidade Católica – MG

Presidente da Sociedade Mineira de Cultura: Dom Walmor Oliveira de Azevedo

Grão-Chanceler: Dom Walmor Oliveira de Azevedo

Reitor: Prof. Eustáquio Afonso Araújo

Vice-reitor: Pe. Joaquim Giovani Mol Guimarães

Assessor especial da reitoria: Prof. José Tarcísio Amorim

Chefe de Gabinete do Reitor: Prof. Osvaldo Rocha Tôrres

Conjuntura Internacional

Chefia do Depto de Relações Internacionais: Prof. Paulo Esteves

Coordenação do Curso de Relações Internacionais: Prof. Paulo Esteves

Coordenação-Geral: Prof. Javier Vadell

Conselho acadêmico: Prof. Danny Zahreddine; Prof. Eugenio Diniz; Profa. Taiane Las Casas; Prof. Marco Paulo Gomes; Prof. Rodrigo Corrêa Teixeira

Membros: Ana Flávia Lima Teles; Bárbara Gomes Lamas; Carolina Andressa Lima; Carolina Dantas Nogueira; Fernanda Assunção Soares; Jéssica Naime; Rafaella Arruda Melo Pereira; Sílvia H.G. Canêdo; Tiago Cerqueira Lazier; Wesley Robert Pereira.

Os textos aqui divulgados são de inteira responsabilidade de seus autores e não representam a opinião oficial do grupo.

Av: Dom José Gaspar, 500 Prédio 04 - Coração Eucarístico - Belo Horizonte - MG - CEP 30535-901 Tel: (31)3319-4257 email: ci@pucminas.br website: <http://www.pucminas.br/conjuntura>